

PTE VALSOUSA

PACTO TERRITORIAL PARA O EMPREGO DO VALE DO SOUSA



Editorial

O PERCURSO...

... A AVALIAÇÃO



De um projecto montado com as naturais expectativas e os não menos naturais receios quanto à mobilização efectiva dos actores locais de desenvolvimento, o PACTO TERRITORIAL DO VALE DO SOUSA tem vindo a constituir-se um interessante instrumento de regular e interessado, espaço de diálogo, de intercâmbio, de planeamento e articulação de dinâmicas, próprias e individuais, das muitas instituições envolvidas.

Talhado, fundamentalmente, para promover a mudança de atitudes - das instituições ao indivíduo, da sua formação global por todo um percurso de vida que decorre da infância à inserção na vida activa e ao seu desempenho profissional - o projecto não promove iniciativas de grande visibilidade, mas uma inovadora intervenção nas estratégias do trabalho quotidiano das instituições e a sensibilização para um reconhecimento do valor acrescentado da formação integral e direccionada ao sector económico de Região.

Os constrangimentos ao desenvolvimento do Vale do Sousa, localizados nos seus recursos humanos, os constrangimentos à implementação de um projecto que passa pela dinâmica de todas as instituições instaladas, é um desafio permanente à

persistência, à combatividade, à criatividade, à ousadia...

O universo de influências desta acção concertada, é diversificado e de grande dimensão e o domínio do sector produtivo, porventura aquele a quem estão consagrados a maior preocupação e os especiais efeitos de grande parte das iniciativas, escapa-se-nos ainda numa representação, institucional e legítima - a das Associações Empresariais - mas sem a incorporação directa dos que têm demonstrado o "engenho e arte" da afirmação industrial deste verde Vale.

Aos EMPRESÁRIOS, mais directos promotores do desenvolvimento económico, fica o desafio, a provocação, para uma participação voluntária e espontânea no objectivo último deste projecto - qualificação de activos do sector económico -, motivo e fim do desenvolvimento que se quer para o VALE DO SOUSA!

Eduarda Brandão

Coordenadora do PTEVALSOUSA

S U M Á R I O

Anotações

As Empresas e o Associativismo no Vale do Sousa

Actividades

*Seminários
Estudos*

Boas Práticas

1 Encontro dos Clubes de Emprego

Ponto de situação

Plano de Acção PTE VALSOUSA - Jan 99

E
M
P
R
E
S
A

A n o t a ç õ e s

As Empresas e o Associativismo no Vale do Sousa

Numa região de forte industrialização e de acentuado espírito empresarial, afigura-se-nos interessante e pertinente uma breve reflexão sobre o empresariado e o associativismo empresarial no Vale do Sousa, e, no nosso caso particular, o papel e actividade

desenvolvidas pela Associação Industrial de Lousada (AIL).

O Vale do Sousa é uma região que possui baixos índices de desemprego e com uma actividade produtiva que se concentra em três grandes sectores industriais: calçado, mobiliário de madeira e vestuário. Possui um tecido empresarial fortemente baseado em pequenas e médias empresas, de mão-de-obra intensiva, com um reduzido nível de inovação tecnológica e com políticas de marketing e comercialização bastante incipientes, e em que a subcontratação constitui factor de sobrevivência de muitas dessas empresas.

Inverter esta tendência e criar uma nova cultura empresarial, é este o grande desafio que se põe às estruturas associativas empresariais representativas dos diversos concelhos que compõem o Vale do Sousa, nomeadamente, através da sensibilização dos empresários para os chamados factores críticos de sucesso da empresa, como sejam: a formação e qualificação profissional dos seus quadros e colaboradores; a aposta na qualidade e a criação de design e marca própria, visando a certificação da empresa e dos seus produtos; a inovação tecnológica com a utilização de novos processos de produção, bem como das novas tecnologias de informação e comunicação; o incentivo à competitividade e à internacionalização mediante a promoção das empresas e dos produtos da região junto de novos mercados; e a divulgação dos programas de apoio e dos sistemas de incentivos que proporcionem às empresas os instrumentos necessários para atingir os objectivos já referidos.

O surgimento do Pacto Territorial para o Emprego (PTE) constitui um desafio e um instrumento mobilizador, nomeadamente, para o tecido empresarial e para as associações empresariais, tendo em vista a prossecução dos objectivos programáticos que enformam aquele documento, e que já consubstanciam os factores acima enunciados.

A promoção do desenvolvimento das actividades económicas do concelho, nos domínios informativo, técnico, formativo, comercial, industrial e associativo, bem como o assegurar da participação activa dos seus associados nas decisões e nos programas que com as

suas actividades se relacionem, constituem os princípios de acção da AIL.

Cientes da importância que o PTE representa para toda esta região e da responsabilidade que esta Associação tem enquanto parceiro social activo, desde a primeira hora que a AIL aderiu a este projecto, e tem participado e colaborado para que o Pacto seja uma realidade actuante e dinâmica, sendo uma das entidades subscritoras daquele documento e cabendo-lhe a honra de integrar o seu Grupo Coordenador.

É neste sentido que surge a revista "Lousada - Capital do Vestuário", que é uma das acções integrantes do PTE, e que pretende ser um documento de informação actual e dinâmica, e que possa contribuir para o desenvolvimento e modernização do tecido empresarial do concelho de Lousada - que tem na indústria do vestuário o seu sector mais representativo -, mediante a divulgação de programas de apoio e sistemas de incentivos, dando a conhecer empresas e empresários, prestando informação de carácter jurídico, económico e fiscal, publicando dossiers temáticos de interesse geral, e apresentando novos mercados e oportunidades de negócios.

Pretende-se que ela seja um espaço aberto à participação de todos os agentes, públicos e privados, que contribuem para o desenvolvimento sócio-económico do nosso concelho, e que constitua, assim, um fórum de discussão e de troca de experiências que a todos certamente enriquecerá, e que funcione, igualmente, como um canal de comunicação privilegiado com os associados e os empresários em geral.

Outra das acções já iniciadas é relativa ao apoio à internacionalização das empresas do Vale do Sousa, e que se traduziu na realização da Missão Empresarial a Cabo Verde e Costa do Marfim, promovida em estreita colaboração entre a AIL e a União Empresarial, e que decorreu entre 29 de Novembro e 07 de Dezembro, do ano que agora findou.

Sendo composta por 17 empresários da região, esta iniciativa teve como objectivos orientadores: descobrir a realidade económica, social e política da Costa do Marfim e de Cabo Verde; conhecer as potencialidades da economia marfinense e cabo-verdiana, assim como o clima de investimentos e de oportunidades de negócios que aí se vive actualmente; dar a conhecer a realidade e potencialidades do tecido empresarial da região do Vale do Sousa, que nós representamos; e promover a internacionalização das empresas participantes e potenciar o investimento e as trocas comerciais das mesmas com empresas daqueles países. Com estas

acções fica demonstrada a determinação e o empenhamento da Associação Industrial de Lousada na concretização dos grandes objectivos inscritos no Pacto, afirmando-se, conjuntamente com todos os restantes parceiros neste projecto, como agente de

mudança e do desenvolvimento sustentado do Vale do Sousa e das suas populações.

Adriano Rafael Moreira

Director da Associação Industrial de Lousada

* *
*



O Pacto Territorial para o Emprego do Vale do Sousa, tendo em conta a diversidade territorial que abrange esta região, não descorou as especificidades que o concelho de Castelo de Paiva encerra no âmbito do Vale do Sousa. De facto, nas variáveis que normalmente se nos

deparam para a caracterização desta região, este Concelho, normalmente apresenta estatísticas contrárias àquelas que acabam por definir e caracterizar o Vale do Sousa. Este desvio-padrão inerente a Castelo de Paiva foi correctamente entendido e traduzido nas acções previstas no PTE VALSOUSA.

Não nos podemos esquecer que esta especificidade assenta, na área do emprego/formação, fundamentalmente, em três factores. Por uma lado, saliente-se a ausência de uma cultura empreendedora empresarial das populações, com os efeitos conhecidos ao nível do emprego. As consequências, ainda hoje visíveis, do encerramento das minas do Pejão e a falta de alternativas de reconversão profissional para uma parte significativa da população activa que se viu desempregada é também um factor que justifica essa singularidade. Por fim, saliente-se a existência de uma tradição de organização familiar centralizada em torno de uma agricultura tradicional ineficiente que se tornou insuficiente para suprir as necessidades crescentes do agregado familiar.

Tendo este cenário como pano de fundo, a estratégia a seguir para estimular e desenvolver a criação de unidades produtivas de bens e serviços criadoras de postos de trabalho para atenuar o elevado índice de desemprego, segue duas vias distintas que se complementam naquilo que será o resultado que se pretende, que é a criação de condições de empregabilidade sustentada no Concelho.

Assim, por um lado há que criar condições, ao nível de infra-estruturas de acolhimento industrial, para que unidades industriais se instalem no concelho, criando emprego no curto prazo. Por outro lado, há que orientar as acções no sentido do apoio às micro-empresas, normalmente empresas familiares, geradoras de emprego, que irão ser, no futuro, as células base da empregabilidade deste Concelho.

A Câmara Municipal de Castelo de Paiva na sua estratégia de desenvolvimento sustentado, patrocina acções que dão corpo às políticas enunciadas anteriormente. Com a conclusão, a curto prazo, da

Zona Industrial de Lavagueiras, na freguesia de Pedorido, num investimento superior a 600 mil contos, pretender-se-á resolver parcialmente a questão do desequilíbrio causado pelo encerramento das Minas do Pejão ao nível do emprego. Não obstante as propostas de investimento serem na sua maioria exógenas ao Concelho, o regulamento de atribuição de lotes prevê a atribuição preferencial a projectos cujos promotores sejam naturais ou residentes em Castelo de Paiva. Assim, a par de outros projectos que se estão a desenvolver no Concelho, teremos o problema conjuntural do alto índice de desemprego atenuado, surgindo como meta seguinte a atingir, a criação de condições para a Qualificação e Sustentabilidade do Emprego.

É neste ponto que o PTE VALSOUSA atinge singular relevância ao incluir acções que irão desempenhar funções basilares para a prossecução dos objectivos atrás expostos. Por um lado, a possibilidade de inclusão no PTE VALSOUSA da constituição do Gabinete de Apoio Empresarial, cuja candidatura já foi aprovada, representa a abertura necessária do PTE a novas dinâmicas surgidas após a elaboração do seu Plano de Acção. Este Gabinete funcionará como centro polarizador de informação necessária ao bom desempenho empresarial, consubstanciando em si, não só o apoio às empresas, mas também como agente gerador de iniciativas de dinamização empresarial de Castelo de Paiva.

Por outro lado, ao estar prevista a criação de um CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas – no Plano de Acção, mostra a sensibilidade de PTE VALSOUSA, dentro de um espaço regional diversificado, para a especificidade de Castelo de Paiva. Ter uma infra-estrutura onde novos projectos se podem instalar e ter o apoio permanente, quer na cedência de espaço modulado nas condições específicas inerentes, quer em planos de formação e acompanhamento técnico, é um factor que irá dinamizar e potenciar a atitude empresarial do Concelho de Castelo de Paiva. Esperamos assim, que esta acção prevista no PTE VALSOUSA seja realizada no mais curto espaço de tempo de modo que em Castelo de Paiva os resultados da existência do Pacto Territorial para o Emprego do Vale do Sousa sejam ainda mais visíveis.

Rui César Castro

Vereador da Câmara Municipal de Castelo de Paiva

